

# GEOMORFOLOGIA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL: AVALIAÇÃO DA PAISAGEM DE DESCALVADO - SP

Caio Faria da Cunha Barbosa Adorno <sup>1</sup> Luis Antonio Bittar Venturi <sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O crescimento da sociedade está diretamente ligado à extração e ao uso de recursos naturais, como água, areia e cascalho. Atividades como mineração e pecuária podem provocar desmatamento, degradação de habitats, erosão do solo e poluição hídrica, afetando ecossistemas fluviais e comunidades dependentes desses recursos. No Brasil, o Plano Diretor Municipal é o principal instrumento normativo para o planejamento urbano, devendo contemplar diagnósticos ambientais e sociais para orientar o desenvolvimento sustentável das cidades. Entretanto, muitos municípios crescem sem estudos adequados sobre a paisagem e os impactos ambientais. Este estudo aborda o município de Descalvado-SP, onde a mineração de areia e o cultivo de cana de açúcar desempenham papéis econômicos fundamentais. Apesar da relevância econômica dessas atividades, há uma lacuna no conhecimento sobre sua relação com os processos geomorfológicos e seus impactos na paisagem. O objetivo deste trabalho é avaliar as características geomorfológicas no contexto do Plano Diretor Municipal, utilizando uma abordagem integrada dos aspectos naturais. Para isso, foram elaborados mapas geomorfológicos considerando parâmetros clinográficos, altimétricos e unidades geomorfológicas. Na região, foram identificadas quatro unidades principais: o Planalto Residual de São Carlos, o Planalto do Rio Grande, a Depressão Periférica do Rio Mogi Guaçu e as Planícies e Terraços Fluviais. As altimetrias variam de 520 a mais de 1000 metros, com declives variando de 0 a mais de 20%, evidenciando a influência da topografia nos processos geomorfológicos, na disponibilidade hídrica, nas características do solo e na aptidão para diferentes usos da terra. Esses resultados evidenciam a importância da geomorfologia para o planejamento territorial e a necessidade de sua incorporação nas políticas públicas municipais. Assim, este estudo reforça a importância de análises geográficas detalhadas para um desenvolvimento urbano e econômico mais sustentável.

**Palavras-chave:** Plano Diretor Municipal; Mapeamento Geomorfológico; Geosistemas; Unidades de Planejamento.

# INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento das cidades tem sido marcado por um crescimento acelerado, o qual impõe uma pressão crescente sobre os recursos naturais. A extração e o uso intensivo de elementos como água, areia e cascalho são fundamentais para sustentar as demandas da sociedade contemporânea (Mononen et al., 2021). No entanto, atividades econômicas vitais, como a mineração e a agropecuária, frequentemente desencadeiam uma série de impactos ambientais significativos (Martin, 2008).

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo - FFLCH, caioadorno@usp.br;

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Professor Titular do departamento. de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, luisgeo@usp.br.



Destacam-se o desmatamento, a degradação de habitats, a intensificação de processos erosivos do solo e a poluição de corpos hídricos, que, por sua vez, afetam diretamente a dinâmica dos ecossistemas fluviais e comprometem a subsistência das comunidades que dependem desses recursos (Deng et al., 2022). Nesse contexto, a compreensão aprofundada das interações entre as atividades humanas e o meio físico se torna crucial para a busca de um desenvolvimento mais sustentável.

No cenário brasileiro, o Plano Diretor Municipal (PDM) é o principal instrumento legal e normativo para o planejamento e a gestão do território urbano e rural. Instituído pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), o PDM deve, idealmente, incorporar diagnósticos ambientais e sociais abrangentes, que sirvam de base para orientar o crescimento das cidades de forma equilibrada e sustentável (Brasil, 2001).

Contudo, a realidade de muitos municípios brasileiros revela um descompasso entre a legislação e a prática, com um crescimento urbano e rural frequentemente desacompanhado de estudos científicos adequados sobre as características da paisagem e os potenciais impactos ambientais das atividades desenvolvidas (Santos, 2019). Essa lacuna no planejamento pode resultar na ocupação inadequada de áreas de risco, na degradação de ecossistemas sensíveis e na exacerbação de problemas socioambientais.

O presente estudo concentra-se no município de Descalvado – SP, uma região onde atividades econômicas como a mineração de areia e o cultivo extensivo de cana de açúcar desempenham papéis de destaque na economia local (Torresan, 2005). Apesar da inegável relevância econômica dessas atividades para o desenvolvimento municipal, observa-se uma lacuna a respeito da sua intrínseca relação com os processos geomorfológicos atuantes e os consequentes impactos sobre a configuração da paisagem local (Wang; Xu, 2024).

A dinâmica geomorfológica, que envolve a origem, a evolução e as formas do relevo, é um fator determinante na distribuição dos recursos hídricos, na formação dos solos, na estabilidade das encostas e na própria aptidão do terreno para diferentes usos e ocupações (Wang; Xu, 2024). Ignorar essas inter-relações no processo de planejamento pode levar a decisões equivocadas com consequências ambientais e socioeconômicas de longo prazo.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo central avaliar as características geomorfológicas do município de Descalvado - SP, inserindo essa análise no contexto da elaboração e revisão do Plano Diretor Municipal. A investigação propõe-se a utilizar uma abordagem integrada dos aspectos naturais, com ênfase na perspectiva geossistêmica, que considera a paisagem como um todo complexo e interconectado.



Busca-se, assim, fornecer subsídios técnicos e científicos que possam contribuir para um planejamento territorial mais consciente e eficaz, capaz de conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. A compreensão detalhada do cenário geomorfológico é fundamental para identificar áreas de maior vulnerabilidade, potencialidades de uso e restrições ambientais, informações essenciais para a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas municipais.

## METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo fundamenta-se em uma abordagem metodológica pautada na análise integrada da paisagem, sob uma perspectiva geossistêmica. Este enfoque, de natureza holística, concebe o espaço geográfico como um sistema complexo e dinâmico, resultante da interação contínua entre os componentes do meio físico-natural (geologia, relevo, clima, hidrografia, solos, vegetação) e os aspectos socioeconômicos e culturais (uso e ocupação do solo, atividades econômicas, infraestrutura, dinâmica populacional) ao longo do tempo.

A análise integrada busca, portanto, compreender as inter-relações e interdependências entre esses componentes, identificando as potencialidades, vulnerabilidades e conflitos existentes no território, com vistas a subsidiar um planejamento mais eficaz e sustentável. A aplicação da perspectiva geossistêmica no contexto deste trabalho implicou na coleta, processamento e interpretação de dados de diversas naturezas.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental, abrangendo publicações científicas, teses, dissertações, relatórios técnicos, planos diretores, legislação ambiental pertinente e dados cartográficos disponíveis sobre o município de Descalvado - SP e a região circunvizinha. Esta etapa foi crucial para contextualizar a área de estudo, identificar lacunas de conhecimento e embasar as análises subsequentes.

Para a caracterização geomorfológica detalhada do município, foram empregadas técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto. A partir de Modelos Digitais de Elevação (MDE), foram derivados parâmetros morfométricos essenciais, como a altimetria e a clinografia. A análise altimétrica permitiu a identificação das diferentes faixas de altitude presentes no município, correlacionando-as com as grandes unidades de relevo regionais. Já a análise clinográfica possibilitou a classificação das vertentes quanto à sua inclinação, um fator determinante para a suscetibilidade a processos erosivos, a aptidão agrícola e as restrições à urbanização.



Estes dados foram processados no software desktop QuantumGIS 3.40.5 permitindo a elaboração de mapas temáticos específicos. A delimitação das unidades geomorfológicas foi realizada com base na integração dos dados altimétricos e clinográficos, associada à interpretação de imagens de satélite e fotografias aéreas, bem como a trabalhos de campo para verificação e detalhamento das feições do relevo. As unidades geomorfológicas identificadas – o Planalto Residual de São Carlos, o Planalto do Rio Grande, a Depressão Periférica do Rio Mogi Guaçu e as Planícies e Terraços Fluviais – foram cartografadas e descritas quanto às suas características morfogenéticas, morfométricas e morfodinâmicas.

Esta etapa permitiu compreender a compartimentação do relevo municipal e suas implicações para os processos superficiais e o uso da terra. A análise integrada dos aspectos naturais, com foco na geomorfologia, foi então correlacionada com as informações sobre o uso e ocupação do solo, obtidas a partir da interpretação de imagens de satélite de diferentes datas e de dados secundários, fornecidos pela ESRI, que utiliza o Sentinel-2 com resolução espacial de 10m.

Foram identificadas as principais atividades econômicas desenvolvidas no município, como a mineração de areia e o cultivo de cana de açúcar, e analisada a sua distribuição espacial em relação às características geomorfológicas. Buscou-se, desta forma, compreender como as formas e os processos do relevo influenciam a localização e a intensidade dessas atividades, bem como os potenciais impactos ambientais decorrentes.

Finalmente, a discussão dos resultados foi conduzida à luz da legislação urbanística e ambiental vigente, com especial atenção às diretrizes do Plano Diretor Municipal. Avaliou-se em que medida o planejamento territorial existente considera as especificidades geomorfológicas de Descalvado e como a incorporação de uma análise geossistêmica mais aprofundada poderia contribuir para aprimorar as políticas públicas municipais, visando um desenvolvimento mais equilibrado e a mitigação de riscos ambientais. A metodologia adotada, portanto, buscou não apenas descrever o cenário geomorfológico, mas também fornecer subsídios práticos para a tomada de decisão no âmbito do planejamento municipal, reforçando a importância da integração do conhecimento geográfico nas estratégias de gestão territorial.

#### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise geomorfológica do município de Descalvado - SP revelou uma paisagem diversificada, moldada por uma complexa interação de fatores geológicos, tectônicos e climáticos ao longo do tempo. A caracterização detalhada do relevo, por meio da identificação



de unidades geomorfológicas e da análise de parâmetros morfométricos como altimetria e declividade, permitiu compreender a dinâmica dos processos superficiais e suas implicações para o planejamento e gestão territorial. Foram identificadas quatro unidades geomorfológicas principais que compartimentam a paisagem de Descalvado.

216000 224000 232000 240000 50°0'W Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) 23S Datum SIRGAS 2000 Fonte dos dados: SEMIL (2025) 7576000 Legenda Unidades geomorfológicas legenda Planícies e Terraços Fluviais Depressão Periférica de Mogi Guacu Patamares Cuestiformes Orientais da Bacia do Paraná Planalto Residual de São Carlos Planalto do Rio Grande Corpo d'água continental 224000 216000 232000 240000

Figura 1: Unidades geomorfológicas de Descalvado – SP.

Fonte: Autores (2025).

O Planalto Residual de São Carlos representa as áreas mais elevadas, caracterizadas por um relevo mais dissecado e altitudes que frequentemente ultrapassam os 860 metros, podendo atingir mais de 1000 metros. Esta unidade é marcada por interflúvios tabulares e vertentes mais íngremes, onde os solos tendem a ser menos profundos e mais suscetíveis à erosão hídrica. A presença de remanescentes de vegetação nativa nessas áreas mais elevadas e declivosas desempenha um papel crucial na proteção do solo e na regulação hídrica.

Abaixo desta unidade, encontra-se o Planalto do Rio Grande, que apresenta altitudes intermediárias, geralmente variando entre 700 e 860 metros. Esta unidade é caracterizada por um relevo predominantemente ondulado, com vertentes de inclinação moderada, sendo uma área de transição importante entre as terras altas e as áreas mais rebaixadas. A Depressão Periférica do Rio Mogi Guaçu, por sua vez, ocupa as porções mais baixas do relevo, com



altimetrias que variam entre 520 e 630 metros, estendendo-se até aproximadamente 700 metros em suas bordas de contato com os planaltos. Esta unidade é caracterizada por um relevo suavemente ondulado a plano, com amplas áreas de colinas e vales abertos.

Por fim, as Planícies e Terraços Fluviais estão associadas aos principais cursos d'água, como o Rio Mogi Guaçu e seus afluentes, apresentando as menores altitudes do município, geralmente abaixo de 630 metros. Estas áreas são formadas pela deposição de sedimentos fluviais e caracterizam-se por um relevo plano a muito suavemente inclinado.

A análise altimétrica (Figura 2) detalhada corroborou a influência significativa da topografia nos processos geomorfológicos, na disponibilidade hídrica, nas características pedológicas e, consequentemente, na aptidão para os diferentes usos da terra, incluindo a atividade de mineração de areia, economicamente relevante para o município.

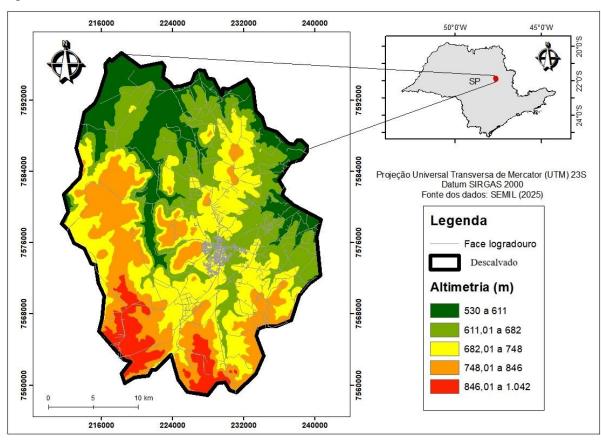


Figura 2: Altimetria da área de estudo

Fonte: Autores (2025)

As faixas altimétricas mais baixas, entre 520 e 630 metros, correspondentes às Planícies e Terraços Fluviais e à porção mais rebaixada da Depressão Periférica do Rio Mogi Guaçu, são frequentemente associadas a solos mais férteis e maior disponibilidade de água, mas também podem apresentar restrições devido à ocorrência de inundações sazonais em áreas próximas aos



rios. As áreas com altimetrias entre 630 e 700 metros representam zonas de transição, como as encostas inferiores do Planalto do Rio Grande e as porções mais elevadas da Depressão Periférica, onde a dinâmica hídrica e os processos erosivos começam a se diferenciar.

Na faixa altimétrica entre 700 e 860 metros, predominante no Planalto do Rio Grande, os terrenos, embora geralmente mais estáveis que as áreas mais íngremes, ainda são suscetíveis à erosão se não manejados adequadamente, demandando práticas conservacionistas, especialmente em áreas agrícolas. Finalmente, as altimetrias superiores a 860 metros, típicas do Planalto Residual de São Carlos, correspondem a relevos mais acidentados, com solos geralmente mais rasos e menor potencial agrícola, sendo áreas importantes para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.

A análise das declividades (Figura 3) do terreno forneceu informações cruciais sobre a estabilidade das encostas e a adequação do solo para diferentes tipos de uso e ocupação. As áreas com inclinações de 0 a 3%, predominantes nas Planícies e Terraços Fluviais e em alguns setores da Depressão Periférica, são altamente favoráveis à mecanização agrícola e à expansão urbana, devido à sua topografia plana. No entanto, a impermeabilização do solo nessas áreas pode agravar problemas de drenagem e aumentar o risco de inundações.

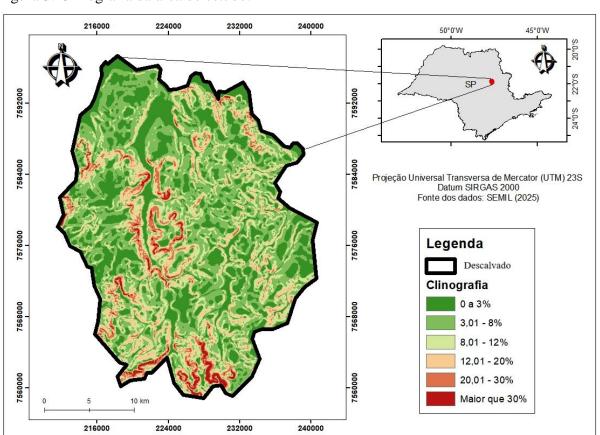


Figura 3: Clinografia da área de estudo.

Fonte: Autores (2025).



Declividades entre 3 e 5% caracterizam morros de encosta suave, principalmente na Depressão Periférica do Rio Mogi Guaçu, ainda permitindo o uso agrícola com poucas restrições, mas já indicando a necessidade de atenção ao manejo do solo. Nas faixas de declividade entre 5 e 8%, encontradas predominantemente no Planalto do Rio Grande, a necessidade de práticas conservacionistas, como o plantio em nível e a manutenção de terraços, torna-se mais evidente para evitar a perda de solo.

Morros com declividades entre 8 e 12%, situados principalmente nas bordas do Planalto Residual de São Carlos e em setores mais dissecados do Planalto do Rio Grande, são consideravelmente mais suscetíveis à erosão, exigindo um planejamento de uso mais criterioso e, preferencialmente, a manutenção de cobertura vegetal protetora. As encostas íngremes, com declividades entre 12 e 20%, aparecem em áreas mais acidentadas do Planalto Residual e em escarpas da Depressão Periférica, sendo áreas de alta fragilidade ambiental, onde atividades antrópicas devem ser severamente restringidas ou adaptadas com técnicas de engenharia e conservação muito robustas.

Por fim, as declividades superiores a 20% ocorrem em morrotes isolados, cristas elevadas e bordas de planalto, onde a vegetação natural desempenha um papel insubstituível na contenção de processos erosivos intensos, como ravinamentos e voçorocas. A remoção da cobertura vegetal nessas áreas pode desencadear processos de degradação acelerada com consequências para as áreas adjacentes.

A discussão desses resultados geomorfológicos no contexto do Plano Diretor Municipal de Descalvado é de fundamental importância. O PDM, como instrumento norteador do desenvolvimento urbano e rural, deve obrigatoriamente incorporar essas informações para definir zonas de uso e ocupação compatíveis com as características do meio físico. A identificação de áreas com alta suscetibilidade à erosão, por exemplo, deve levar à restrição de atividades que possam agravar esse processo, como o desmatamento indiscriminado ou a implantação de loteamentos em encostas íngremes sem a devida infraestrutura de contenção e drenagem.

Da mesma forma, as áreas de planície fluvial, embora atrativas para a agricultura e expansão urbana, necessitam de um zoneamento que considere os riscos de inundação e a importância ecológica das matas ciliares e zonas úmidas. A atividade de mineração de areia, crucial para a economia local, também deve ser planejada e fiscalizada com base no conhecimento geomorfológico, direcionando a exploração para áreas com menor impacto ambiental e exigindo planos de recuperação de áreas degradadas que considerem a dinâmica do relevo e dos processos superficiais.



A abordagem geossistêmica, ao integrar os diversos componentes da paisagem, permite uma visão mais holística e precisa das interações entre as atividades humanas e o ambiente, fornecendo subsídios para um planejamento territorial que promova o desenvolvimento econômico de forma sustentável, minimizando os impactos ambientais e garantindo a qualidade de vida da população. Este estudo reforça, portanto, a premente necessidade de que as políticas públicas municipais sejam embasadas em análises geográficas detalhadas, reconhecendo a geomorfologia como um elemento chave para a tomada de decisões estratégicas no ordenamento do território.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo dedicou-se a analisar o cenário geomorfológico do município de Descalvado-SP e suas intrínsecas relações com o planejamento territorial, notadamente no que tange às diretrizes do Plano Diretor Municipal. A investigação, pautada em uma abordagem de análise integrada da paisagem sob a perspectiva geossistêmica, permitiu desvelar a complexa dinâmica do relevo local e suas implicações diretas para o uso e ocupação do solo, as atividades econômicas e a conservação ambiental.

A caracterização das unidades geomorfológicas — Planalto Residual de São Carlos, Planalto do Rio Grande, Depressão Periférica do Rio Mogi Guaçu e Planícies e Terraços Fluviais — juntamente com a análise detalhada dos parâmetros de altimetria e declividade, evidenciou a heterogeneidade da paisagem de Descalvado. Essa diversidade se traduz em diferentes potencialidades e vulnerabilidades ambientais. Áreas de planície, embora férteis e propícias à mecanização, apresentam riscos de inundação; encostas íngremes, por sua vez, são altamente suscetíveis à erosão, demandando restrições de uso e a manutenção da cobertura vegetal. A compreensão dessas nuances é crucial para evitar a ocupação desordenada, a degradação dos recursos naturais e a ocorrência de desastres ambientais.

A abordagem geossistêmica, ao considerar as interconexões entre os componentes físicos e as atividades humanas, demonstrou ser uma ferramenta poderosa para o diagnóstico territorial. Ela permite ir além de uma simples descrição das formas do relevo, buscando entender os processos atuantes e as consequências das intervenções antrópicas. No contexto de Descalvado, onde atividades como a mineração de areia e a expansão da cana de açúcar exercem pressão sobre o ambiente, essa perspectiva integrada é fundamental para conciliar os interesses econômicos com a necessidade de conservação dos solos, da água e da biodiversidade.



Este estudo, portanto, oferece contribuições significativas para a revisão e implementação do Plano Diretor Municipal de Descalvado. Recomenda-se enfaticamente que as informações geomorfológicas aqui apresentadas sejam incorporadas ao zoneamento ecológico-econômico do município, definindo áreas prioritárias para conservação, zonas com restrições específicas de uso e áreas aptas para diferentes tipos de desenvolvimento, sempre considerando a capacidade de suporte do meio. Sugere-se, ainda, a criação de programas de educação ambiental que disseminem o conhecimento sobre a geomorfologia local e a importância de práticas de manejo sustentável do solo junto à população e aos produtores rurais.

#### **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

## REFERÊNCIAS

MONONEN, Tuija; KIVINEN, Sonja; KOTILAINEN, Juha M.; LEINO, Johanna. Social and environmental impacts of mining activities in the EU. Documento solicitado pelo Comitê de Petições do Parlamento Europeu. Joensuu: University of Eastern Finland, 2021.

MARTIN, Chris A. Landscape sustainability in a Sonoran desert city. **Cities and the Environment** (**CATE**), v. 1, n. 2, art. 5, 2008. Disponível em: https://digitalcommons.lmu.edu/cate/vol1/iss2/5. Acesso em: 3 fev. 2025.

DENG, M.; LI, Q.; LI, W.; LAI, G.; PAN, Y. Impacts of sand mining activities on the wetland ecosystem of Poyang Lake (China). **Land**, v. 11, p. 1364, 2022. DOI: <a href="https://doi.org/10.3390/land11081364">https://doi.org/10.3390/land11081364</a>.

BRASIL, **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 Jul. 2001

SANTOS, Clibson Alves dos. Diagnóstico e zoneamento geoambiental da APA da Bacia Hidrográfica do Rio Machado-MG. **Caderno de Geografia**, Campinas, v. 29, n. 1, p.144- 163, ago. 2019

TORRESAN, Fabio Enrique. **Proposta metodológica para subsidiar a determinação do grau de impacto ambiental em empreendimentos minerários na região de Descalvado e Análandia**. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) — Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

WANG, X.; LU, W. Influence and countermeasures of geological factors in urban environmental design. **Polish Journal of Environmental Studies**, 2024. DOI: https://doi.org/10.15244/pjoes/192376.